

Flexibilização Curricular na UFMG

Pré-Proposta da Câmara de Graduação

1. DESAFIOS ATUAIS DA UNIVERSIDADE.

A sociedade contemporânea vive momentos de intensas transformações decorrentes da necessidade de se compatibilizar, adequar ou mesmo mudar valores de uma ordem mundial em transição, por novos valores da chamada "Era do Saber, da Informação e da Automação".

Nesse contexto, a Universidade não é exceção. Deve ela encontrar meios de lidar com tais contradições, reais ou aparentes. Se por um lado há consenso sobre importância da Universidade para o desenvolvimento de nosso país de maneira a assegurar-lhe inserção na economia global, por outro questionam-se os custos advindos em especial das atividades relacionadas diretamente da produção do saber inovador ou daquele acarretado pela ampliação de vagas para o ensino superior.

A visão de Universidade secular, estruturada a partir do princípio de que cabe a ela "proteger todo o conhecimento e ciências, dos fatos e princípios, de pesquisa e descobertas, de experimentos e especulações" (NEWMAN,1997)¹, tem sido confrontada com outro que entende a Universidade como instituição criada para atender às demandas de uma sociedade que hoje deseja consumir produtos que agregam informações de conteúdo tecnológico e é impulsionada cada vez mais pelas necessidades da economia de mercado. Mesmo diante de tais pressões, a Universidade tem procurado exercer sua vocação histórica e manter, sobretudo, a liberdade de pensamento e geração de novos conhecimentos, que lhe são característicos. Assim, ela responde, hoje, por cerca de 80% da pesquisa básica realizada no mundo e pela efetiva melhoria da qualidade de vida dos povos e dos países (The Economist, 1997)².

O elevado custo operacional de suas atividades e a crescente complexidade da produção científica, tendo em vista o atendimento das demandas explicitadas pela sociedade, têm obrigado a Universidade a refletir sobre a necessidade da elaboração de um novo projeto acadêmico, político e administrativo para se assegurar os recursos públicos se ampliam outras de financiamento. No contexto da sociedade do conhecimento tem-se assistido a um rápido crescimento das ciências aplicadas. No entanto, ao mesmo tempo, é visível a insatisfação da comunidade acadêmica ao ver o conhecimento sendo tratado de modo inteiramente dependente da demanda. Manter a identidade da Universidade enquanto produtora efetiva de conhecimento e desencadeadora de desenvolvimento social vem sendo um desafio do qual a parceria entre a Universidade e o setor privado é apenas uma face.

Um outro desafio com o qual se depara a Universidade é a demanda cada vez maior por novas vagas. Essa crescente demanda pode ser explicada tanto pelo crescimento da população jovem no país, como pelas necessidades criadas pela sociedade pós-industrial, cujo processo de produção exige indivíduos altamente qualificados e com habilidades para processar e usar informações. No entanto, verifica-se que as necessidades colocadas pela nova realidade da chamada "massificação do ensino" em termos de investimentos expressivos em infra-estrutura e recursos humanos não foram atendidas em patamares adequados, o que nos leva a questionar se o crescimento ocorrido implicou ou vem implicando em perda da qualidade de ensino.

A timidez do investimento público na educação superior nos últimos anos e o número cada vez maior de jovens que terminaram o ensino médio e tentam ingressar no terceiro grau criaram condições ideais para a expansão do ensino oferecido pelo setor privado. Frente a esta realidade, duas questões ganham densidade numa reflexão sobre o futuro do ensino:

a) Pode a universidade pública e a iniciativa privada suprir a demanda por vagas no ensino superior mantendo a qualidade de que se espera da formação universitária?

b) Pode haver desassociação, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, entre instituições que oferecem ensino e aquelas que oferecem ensino e pesquisa?

Outro aspecto relevante a ser considerado para avaliar o adequado desempenho da Universidade está relacionado às suas potencialidades em oferecer um conhecimento diversificado. Se, no passado, a Universidade era a principal instituição detentora do conhecimento, hoje o conhecimento se encontra disseminado em toda a sociedade, nas mais variadas formas e disponibilizado através dos meios de comunicação de massa, e dos sistemas e redes de informação.

Essa perda de hegemonia recoloca a questão da missão institucional da Universidade e a maneira de se buscar formas de assegurar um ensino que contemple a diversidade do conhecimento e que, simultaneamente, em nível da individualidade e subjetividade do aluno, forme profissionais com competência em áreas específicas e capazes de incorporar valores que propiciem o pleno exercício de sua cidadania.

Além disso, faz-se necessária a adoção de práticas pedagógicas que privilegiem o ensino em forma e ritmo compatíveis com a realidade econômica social e cultural do aluno, e que lhe permitam acompanhar a evolução dos conhecimentos produzidos que mudam numa velocidade sem precedentes na sociedade contemporânea.

Outras questões relevantes que devem ser objeto de discussão no momento atual são: Como incorporar os avanços tecnológicos na prática pedagógica, dentro de uma perspectiva de análise crítica sobre seus efeitos na sociedade? Como interagir com o setor produtivo sem se subjugar às suas normas? Como assegurar a liberdade de pensamento intrínsecos à natureza da Universidade, de modo a não comprometer nosso compromisso com o futuro?

Foi neste contexto de profunda preocupação com os rumos futuros do ensino de graduação que se realizaram as discussões da "Câmara Estendida de Graduação", as quais subsidiaram a formulação da proposta aqui apresentada. O trabalho da Câmara teve como fundamentos básicos A FLEXIBILIDADE E A DIVERSIDADE, elementos que se constituíram como foco central da proposta.

2. HISTÓRICO DA FORMULAÇÃO DO MODELO

A proposta de uma mudança da estrutura curricular da Graduação surgiu como resultado da necessidade sentida pela Câmara de Graduação em aprimorar e atualizar os conceitos de curso e currículo, numa tentativa de se fazer adequações que possibilitassem responder às novas demandas da sociedade.

As discussões, iniciadas há cerca de um ano pela Câmara, mostraram que a estruturação dos currículos envolvia a adoção de novos conceitos e fundamentos. Não se tratava apenas de uma redefinição de normas. A idéia principal, e que permeou todas as fases dos trabalhos da Câmara, é a da flexibilização curricular, inicialmente, entendida como a possibilidade:

a) de desamararr a estrutura rígida de condução do curso;

b) do aluno poder imprimir ritmo e direção ao seu curso;

c) de se utilizar, mais e melhor, os mecanismos que a Instituição já oferece em termos de opção de atividades acadêmicas na estruturação dos currículos.

No decorrer das discussões, no primeiro semestre de 1997, a Câmara passou a contar com novos membros, constituindo a "Câmara Estendida de Graduação". Também a contribuição do Setor Acadêmico da PROGRAD foi muito grande. O conceito de flexibilização aplicado à concepção

curricular mostrou-se complexo. Em decorrência disso, e buscando ampliar a base de informações sobre as quais pudéssemos trabalhar a proposição de um novo modelo, foram realizadas discussões com representantes de entidades ou pessoas com reconhecida experiência em outros sistemas de ensino universitário. Além disso, foram distribuídos e discutidos textos selecionados que julgamos aptos a contribuir para a construção de novos paradigmas do ensino.

O modelo ora apresentado é, portanto, o resultado de uma decisão política da Câmara de Graduação desenvolvido pela Câmara Estendida. Ao nosso ver, o próximo passo, e que constitui um enorme desafio, consiste em estender a discussão à comunidade acadêmica para que essa possa participar através da discussão do documento e de sugestões que o tornem mais consistente e capaz de contemplar a diversidade da UFMG. Acreditamos ser o momento presente particularmente favorável ao desenvolvimento da proposta. As limitações externas, representadas em especial pela exigência dos currículos mínimos, não se encontram em vigor e/ou estão, também, em processo de mudança.

Parece-nos claro, ainda, que a preservação da trajetória acadêmica atual, no que concerne o ensino da graduação, levará, em breve, à obsolescência da instituição, tornando-a prescindível para a estrutura social futura. Num quadro de autonomia, ela representa uma estrutura pesada, que poderá comprometer seriamente as possibilidades da instituição se auto-regular.

Foi na crença da necessidade de mudanças profundas na estrutura curricular que a Câmara foi levada a se dedicar de forma intensa à formulação da proposta que, com um mínimo de consistência, pudesse ser avaliada pela comunidade universitária. As discussões explicitaram uma enorme quantidade de conflitos, alguns conceituais e outros operacionais, mas sempre acreditou-se que todos são passíveis de serem equacionados para a definição do novo padrão curricular. Com as sugestões que esperamos receber por parte da comunidade, acreditamos que será possível estabelecer uma proposta para Flexibilização da Estrutura Curricular promotora da dinamização do ensino da graduação da UFMG com perspectivas de poder promover as mudanças sociais que dela se espera.

3. MODELO ATUAL DE CURRÍCULO

Um exame dos currículos revela uma acentuada rigidez dos cursos de graduação. As grades curriculares não constituem apenas uma expressão técnica. Parecem ter sido, de fato, concebidas como limitações de grade prisional. Enquadram o aluno num padrão predeterminado que, teoricamente, deveria capacitá-lo para adquirir a melhor formação dentro de um campo profissional. Na maioria da vezes, os currículos resultam em cursos com visões restritivas do conhecimento, especificando o que o aluno deve apreender durante a sua formação. Perde-se, nesta concepção, a alternativa de oferecer ao aluno a possibilidade de ampliar os horizontes do conhecimento e da aquisição de uma visão crítica que lhe permita extrapolar a aptidão específica de seu campo de atuação profissional.

A rigidez da grade curricular traz consigo, problema da adequabilidade de conteúdos e de habilidades às demandas impostas pelo ambiente acelerado de mudança do conhecimento e pelo dinamismo do mercado de trabalho. Os currículos, concebidos a partir de "conteúdos" seguem duas lógicas inapropriadas:

- a) a institucional, do acréscimo de informação;
- b) a individual, do princípio de que "a minha disciplina é a mais importante".

Em conseqüência, exibem, quase sempre, carga horárias excessivas e, não raro, fragmentação de conteúdos cujo nexos é buscado através de uma "cadeia" rígida de pré-requisitos. Contudo, a articulação entre os diversos programas é frágil.

A situação é ainda mais grave se se considerar que os programas são freqüentemente modificados

pelo professor para adequá-los aos seus conhecimentos específicos, sem que a alteração seja comunicada às Câmaras Departamentais e/ou Colegiados, dificultando a avaliação do que vem a ser o núcleo específico do curso. Uma conseqüência da associação entre rigidez estrutural e extremo individualismo da visão de cada professor, com a "sua" disciplina, pode ser percebida, por exemplo, no grande número de avaliações às quais o aluno é submetido em uma única semana ou, até mesmo, em um único dia.

Talvez o aspecto mais crítico do currículo, como ele é atualmente concebido, seja excesso de centralização do processo de ensino no Professor. Com grande freqüência, o ensino é realizado através de aulas expositivas teóricas, que restringem acentuadamente a participação do aluno. Nesses casos, as aulas constituem processo no qual o Professor estuda e, na melhor das hipóteses, recria e reinterpreta o conhecimento para, então, repassá-lo ao aluno. Esse processo é, seguramente uma alternativa válida e legítima de ensino. Constitui, no entanto, o método dominante em alguns cursos, transformando o aluno em elemento passivo da aprendizagem. O aluno não é estimulado a exercer sua capacidade de compreensão, estruturação dos problemas, nem a buscar, sozinho, soluções. O exercício da reinterpretação e do olhar crítico chega a ser inibido.

Na atual concepção, mesmo a aula prática, é concebida apenas para conectar o pensar ao fazer. É apresentada como a execução de um experimento, sem a opção de discussão de sua representatividade, ou da recolocação de problemas e de possibilidades de novas soluções. O aluno não é, portanto, levado, de uma forma acadêmica e pedagogicamente elaborada, a trabalhar o conhecimento com o objetivo de

- ter um pensamento independente;
- desenvolver sua capacidade de estruturar e contextualizar problemas e
- buscar soluções alternativas às propostas.

A Universidade tem na Pós-Graduação e na Pesquisa um ambiente em que essas habilidades têm sido trabalhadas de forma consistente e inovadora. De fato, nesses domínios, configura-se um ambiente de aprendizado centrado no aluno. Ao professor, é reservado a tarefa de orientar, coordenar, estimular e promover condições para que o aprendizado se faça de maneira estimulante para o aluno. Essa experiência é, no ensino de graduação, explorada somente em casos excepcionais, quando acreditamos deva ser essa abordagem o elemento promotor das mudanças no ensino ao nível da Graduação, se utilizado de maneira rotineira.

O modelo proposto pela Câmara Estendida de Graduação procura, em parte, oferecer sugestões de mudanças que, ao incorporar parâmetros dinâmicos adequadamente aplicados, possam oferecer alternativas para alguns dos problemas levantados. Nessa perspectiva, o modelo, que acreditamos capaz de induzir mudanças, não pretende exaurir a discussão. Mostra-se decisiva a contribuição da comunidade universitária para o seu aprimoramento. Acreditamos que a flexibilização seja uma necessidade imperiosa. O resultado das experiências de flexibilização, já executadas em Universidades no exterior e no Brasil, sugere que elas se encontram à frente no processo da busca da qualidade do ensino e que o curso tomado lhes assegurará hegemonia enquanto instituições geradoras do saber. No contexto nacional, pelo menos a UnB, UERJ e UFSM, já se encontram com o processo de flexibilização em andamento.

4. A FLEXIBILIDADE APLICADA AO CURRÍCULO

Durante as discussões, procuramos explicitar as questões que deveriam ser abordadas numa tentativa de saber em que extensão havia clareza sobre a flexibilização curricular e quais encaminhamentos deveriam ser posteriormente implementados para envolver a comunidade universitária. A primeira grande questão levantada foi:

Porque, ao invés de se ter uma grade curricular rígida, não se tem uma rede interconectada que possibilite ao aluno compor o seu percurso (curso) de modo a compatibilizar sua formação universitária com as suas potencialidades enquanto pessoa e cidadão?

A essa, outras se seguiram:

- a) Deve o currículo ser concebido como um sistema articulado, no qual se busque, além da transmissão de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e globais, de atitudes formativas, de análise crítica e de percepção mais global da atuação do aluno como profissional e como membro da sociedade?
- b) Há conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas específicas de cada curso?
- c) Há conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas que extrapolam campos ou áreas específicas do saber?
- d) Há necessidade de certo grau de especialidade em cada curso?
- e) Há condições de se preservar conhecimentos, habilidades específicas e atitudes formativas de uma área profissional e, simultaneamente, possibilitar o acesso do aluno a esse mesmo conjunto em outra área profissional?
- f) Em caso afirmativo isso é importante e desejável do ponto de vista profissional e enquanto demanda social?
- g) Como adequar o currículo ao dinamismo do conhecimento, da ciência e da prática profissional?
- h) Como garantir que o currículo funcione como um fluxo articulado de aquisição de saber, num período finito de tempo, tendo como base a flexibilidade, a diversidade e o dinamismo?

Uma vez discutidas as questões que julgávamos mais relevante no delineamento da proposta, procuramos explicitar os contornos da flexibilização fundamentando-a em dois eixos de abordagens básicos e distintos: a) o conceito de currículo, b) a estrutura do currículo.

4.1. – O Conceito de Currículo

Hoje, o mercado de trabalho e também a sociedade de uma forma bastante generalizada, sinalizam para a necessidade de se ter um profissional de nível superior que tenha uma formação mais completa e complexa. A aspiração da sociedade moderna não está restrita à visão do especialista com o domínio de apenas sua área específica de formação. Buscam-se profissionais capazes de promover a interação entre partes de sistema e com habilidades para promover mudanças nas comunidades em que vivem. Portanto, para que se atinja este objetivo, é fundamental ampliar os horizontes do conhecimento durante o processo de permanência do estudante na Universidade.

A obtenção de uma visão mais global, indutora de capacidade de análise crítica dos processos de transformação da sociedade, só pode ser obtida com a adoção de mecanismos que propiciem aos alunos incursões por diferentes áreas do saber. A adoção desses mecanismos é fundamental se considerarmos que a dinâmica de geração do conhecimento e sua diversificação são tão aceleradas que o conhecimento tende, rapidamente, a se tornar obsoleto. Um currículo que apresente tais características tem que ser estruturado de maneira a permitir que tais mudanças sejam incorporadas ao processo de ensino. Acreditamos que esse objetivo será atingido se o currículo for flexível o suficiente para permitir que o aluno possa fazer correções de percurso e estabelecer conexões entre campos do saber sem que, para isso, a instituição tenha continuamente que criar novos cursos.

Acreditamos que o modelo atualmente adotado de currículo (currículo explícito) não reflete todo o processo de aprendizagem do aluno. A parte implícita do currículo não é discutida, analisada e contabilizada em termos de créditos ou carga horária para o aluno ou para o professor como Carga Docente Semanal Média (CDSM).

Para possibilitar a flexibilização da estrutura curricular e analisar as suas implicações no processo de ensino/aprendizagem, a Câmara buscou, primeiramente, trabalhar na ampliação da definição de currículo. Assim, o currículo passou a ser definido como "qualquer conjunto de atividades

acadêmicas previstas para a integralização de um curso". Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular que precisa, conseqüentemente, ser definida. Entendeu-se por "Atividade Acadêmica Curricular, aquela considerada relevante para que o estudante adquira, durante a integralização curricular, o saber e as habilidades necessárias à sua formação e que contemplem processos avaliativos".

4.2. A Estrutura do Currículo

Com base no entendimento de que o processo de aprendizagem extrapola as atividades hoje centradas basicamente em disciplinas e procurando responder às questões anteriormente formuladas, a Câmara assumiu que a flexibilização curricular deve se fundamentar nas seguintes premissas:

- a) o entendimento de que um curso é um percurso, ou seja, que pode haver alternativas de trajetórias;
- b) o entendimento de que cada aluno terá um grau de liberdade relativamente amplo para definir o seu percurso (curso);
- c) a possibilidade de contemplar, além de uma formação em área específica do saber, uma formação complementar em outra área;
- d) o currículo deve ser entendido como um instrumento que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Neste sentido é importante assinalar que:
 - existem claramente conhecimentos que extrapolam áreas específicas da formação profissional;
 - os campos específicos do saber preservam características próprias, o que possibilita seu delineamento em cursos e em habilitações;
 - o currículo deve contemplar, além da aquisição de conteúdos, o desenvolvimento de habilidades e de atitudes formativas.

Durante as discussões, a alternativa que à Câmara pareceu mais bem adequada, foi a da flexibilização, entendida sob dois diferentes tipos a) Flexibilização Vertical e b) Flexibilização Horizontal, conceitos discutidos e detalhados a seguir.

A) A FLEXIBILIZAÇÃO VERTICAL

A flexibilização vertical é entendida como sendo a possibilidade de organização do saber ao longo de semestres e de anos. A flexibilização vertical contém três divisões: a) o núcleo específico, b) a formação complementar, e c) a formação livre.

Na concepção da Câmara, todo curso deve incorporar, necessariamente, o denominado núcleo específico que tem objetivo de contemplar a diversidade do conhecimento ao qual o aluno deva ter acesso como referência para reflexão. A Câmara considera que a formação livre deva representar, no mínimo, 5% do currículo, independentemente do parâmetro que venha a ser escolhido para caracterizar a contabilidade da integralização do currículo. É importante salientar que os três elementos constitucionais da estrutura vertical não são condicionados pelo período letivo ou pelo sequenciamento do curso. A seguir, procuraremos mostrar, na concepção da Câmara, a estrutura interna de cada um dos três elementos apresentados.

1) - O NÚCLEO ESPECÍFICO

O núcleo específico deve constituir a essência do saber característico de uma área de atuação profissional, incluindo não somente o domínio típico do curso, mas também o de campos de saber próximos.

O núcleo específico deve ser estruturado a partir de atividades acadêmicas curriculares obrigatórias e optativas do curso. Nesse contexto, existe a possibilidade de que alguma atividade acadêmica obrigatória de um curso possa ser optativa para um outro curso e vice-versa. A consequência dessa alternativa é enriquecer o currículo utilizando a capacidade já instalada. Um aspecto importante desse modelo é a possibilidade de articulação do conhecimento sem estruturá-lo na forma de patamares ou blocos. As atividades curriculares obrigatórias e optativas do núcleo específico podem ser distribuídas ao longo do curso, do primeiro ao último semestre. Dessa forma, é possível otimizar os aspectos pedagógicos da apropriação do saber. Um ponto a ser considerado, e que poderá ter opções diversificadas nos vários cursos a critério de cada Colegiado, está relacionado com a conveniência, ou não, de se obter uma habilitação rápida, utilizando as disciplinas optativas de forma mais enfática nas primeiras etapas do curso. A Câmara entendeu que, para assegurar o sucesso do modelo é imprescindível que cada curso promova uma reflexão criteriosa sobre o que realmente constitui o seu núcleo específico. Acreditamos ser esse um ponto nevrálgico das discussões, pois o currículo constitui, sem dúvida, um elemento em torno do qual se desenvolvem fortes conflitos no âmbito da Universidade, nas mais variadas instâncias de deliberação.

Existem riscos que precisam ser considerados,. Em princípio, poder-se-á interpretar que aquelas atividades acadêmicas que não forem incluídas no núcleo específico sejam entendidas como não relevantes e, portanto, passíveis de serem eliminadas. Há indícios, entretanto, que os cursos sofram do chamado "acréscimo artificial do currículo", que traz, como consequência, uma significativa superposição de conteúdos. A redefinição do que constitui o núcleo básico de cada curso terá como consequência a redução da carga horária total, possibilitando ao aluno a adoção de novas alternativas para explorar os "percursos" colocados à sua disposição pela flexibilização curricular vertical. Somente com a otimização do curso, haverá possibilidade de que o aluno possa, de forma plena, se utilizar do segundo elemento da flexibilização vertical: a formação complementar.

2) - A FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A formação complementar, como o próprio nome diz, deve propiciar uma adequação do saber específico a outro que o complementa, permitindo ao aluno a obtenção de ênfase que pode ser definida pelo Colegiado ou pelo próprio aluno e que o credencie a obter um certificado. A formação complementar se subdivide em dois tipos:

a) a formação complementar preestabelecida;

b) a formação complementar aberta

a) A Formação Complementar Preestabelecida

A formação complementar preestabelecida constitui a possibilidade de obtenção de um certificado, para o qual o aluno deverá cumprir um certo número, pré-determinado pelo Colegiado, de atividades acadêmicas que lhe assegure uma formação complementar em alguma área de conhecimento conexo. A idéia é que o conjunto predeterminado deva ser constituído a partir do elenco de atividades acadêmicas curriculares de cursos já existentes. A escolha desse conjunto de atividades tem que se pautar pela possibilidade de que o aluno complemente sua formação específica do curso, propiciando-lhe aquisição de especificidades de área afins a opção da formação básica. O Colegiado deve ser o órgão responsável pela elaboração das alternativas a serem utilizadas pelos alunos, ficando a critério do mesmo a definição do elenco de atividades, cursos de origem e do número das alternativas. Como um exemplo, pode-se citar o aluno de Sociologia que poderia optar por uma formação complementar em Direito ou em Educação. Acreditamos que a grande vantagem, nesse tipo de flexibilização, é permitir ao aluno a contemplação, de forma

eficiente, de suas aspirações intelectuais e a obtenção de perfil profissional que melhor lhe convier para responder às demandas de um mercado de trabalho dinâmico. Um segundo exemplo que ilustra a versatilidade do sistema se refere ao aluno de Medicina que opte por não utilizar todas as optativas que lhe estão disponíveis no curso e busque uma formação complementar, por exemplo, na área da administração (hospitalar), ou da informática. As alternativas serão numerosas e poderemos formar profissionais com perfis bastante diversificados, tanto na perspectiva do aluno, quanto da Universidade e da Sociedade. Para que a formação complementar pré-estabelecida seja operacional e atinja seus objetivos será fundamental que se estabeleça um intenso processo de consulta, discussão e negociação entre os Colegiados.

b) A Formação Complementar Aberta

Contrária ao caso anterior, em que a alternativa é definida previamente pelo Colegiado, a formação complementar aberta é pensada a partir da proposição construída pelo aluno com orientação de um docente (Tutor) e condicionada à autorização prévia do Colegiado. Nesse caso o papel do professor orientador, ou tutor, é fundamental e básica. É imprescindível que seja preservado uma conexão conceitual com a linha básica de atuação do curso do aluno.

Um exemplo ajuda a esclarecer a essência da proposição: um aluno de Química poderia optar por ter uma formação em química forense, ou seja, ele poderia optar por essa formação se dedicando à Genética, ao Direito, à Medicina Legal e a outras disciplinas, hoje dispersas em mais de um curso ou mesmo em mais de uma unidade.

3) - OPÇÃO LIVRE

A formação livre está sendo proposta como a possibilidade de o aluno ampliar sua formação em qualquer campo do conhecimento com base estrita no seu interesse individual. Nessa concepção, o aluno buscará obter créditos em atividade acadêmica curricular de qualquer curso, ou seja, através de optativas livres. As vantagens são, nesse caso, de estimular a visão crítica do saber e responder às aspirações individuais por algum tipo de conhecimento particular. Além disso, propiciaria uma maior versatilidade na formação, podendo ser útil na definição do perfil do aluno para responder a um anseio de fundamentação acadêmica ou de demanda elevada da sociedade em algum momento específico. Nessa alternativa, o aluno será estimulado a buscar o conhecimento em áreas do saber sem nenhuma conexão aparente com a linha básica de atuação do curso. Como já mencionado, acreditamos que um percentual mínimo, próximo a 5% da estrutura curricular, seja a dimensão correta para ser preenchida por este tipo de atividade.

B) – A FLEXIBILIZAÇÃO HORIZONTAL

A ampliação do conceito de currículo, como já discutido, exige viabilizar também a flexibilização horizontal, ou seja, possibilitar ao aluno o aproveitamento para fins de integralização curricular de várias atividades acadêmicas. Nesse caso, deve-se considerar como passíveis de crédito alternativas outras que não só as disciplinas. A proposta é que se permita que várias atividades acadêmicas, que hoje já são desenvolvidas pelo aluno durante sua permanência na Universidade, sejam contabilizadas no seu histórico escolar. Trata-se de explicitar do que, anteriormente, denominamos de currículo implícito (ou oculto). Essas atividades são atualmente tão importantes para a formação do aluno, que é difícil encontrar justificativas para que elas já não estejam sendo utilizadas para tal fim. A flexibilização horizontal constitui o pilar de apoio para a diversidade, propiciando o cenário no qual o aluno possa, de fato, ter à sua disposição, as variadas alternativas de percurso curricular.

A Câmara considerou serem duas as condições necessárias para que qualquer atividade acadêmica possa ser consideradas passível de aproveitamento para integralização curricular pelo aluno:

a) que tenha a autorização prévia do Colegiado;

b) que tenha um processo de avaliação institucional.

Apesar das alternativas serem ilimitadas, com o aproveitamento de novas atividades acadêmicas que poderão (e assim esperamos) ser incorporadas através de propostas feitas pela comunidade universitária, a Câmara apresenta um elenco de Atividades Acadêmicas que parece exaurir e contemplar as principais práticas de ensino e aprendizagem do momento. São elas:

1. Disciplina

Entende-se por disciplina o conjunto de estudos, conteúdos teóricos e/ou práticos, com programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária e/ou créditos fixados, conduzidos, predominantemente, pelo(a) Professor.

2. Seminários

Entende-se por seminários um conjunto de estudos, conteúdos teóricos e/ou práticos, com programa correspondente ao estabelecido pela ementa, com carga horária e/ou créditos prefixados, conduzido, predominantemente, pelos(as) alunos(as).

3. Participação em Eventos

Entende-se por participação em eventos atividades que incluam o envolvimento do aluno em eventos dos seguintes tipos:

- · Congressos;
- · Seminários;
- · Colóquios;
- · Simpósios;
- · Encontros;
- · Festivais;
- · Palestras;
- · Exposições;
- · Cursos de curta duração.

As alternativas de formas de avaliação, que a Câmara considerou como válidas, nesse tipo de atividade acadêmica, foram:

- · publicações;
- · relatórios;
- · seminários ;
- · avaliações do próprio evento sob forma escrita ou apresentação oral.

4. Discussões Temáticas

Entende-se por discussões temáticas exposições programadas pelo professor e realizadas pelos alunos e que tenham como objetivo o desenvolvimento de habilidades específicas e o aprofundamento de novas abordagens temáticas.

5 . Atividade Acadêmica à Distância

Entende-se como atividade acadêmica à distância o processo capaz de criar condições de acesso à aprendizagem, quando a fonte da informação (e/ou o controle do curso) e o aluno estão separados espacialmente. Nesse caso, serão consideradas fontes geradoras da atividade apenas aquelas de fora do curso. A avaliação será realizada por professor da UFMG, com participação ou não, de profissionais ligados à fonte geradora da atividade acadêmica.

6. Iniciação à Pesquisa, Docência e Extensão

Entende-se por iniciação à pesquisa, à docência e à extensão atividades ligadas a programas de pesquisa, monitoria e extensão desenvolvidas pelo aluno. No contexto da flexibilização curricular, são consideradas atividades passíveis de apropriação para se atingir a integralização curricular. Portanto, devem ser consideradas independentemente de estarem ou não vinculadas a algum tipo de bolsa. A avaliação será realizada através da apreciação de projeto individual do aluno e estará sujeito a aprovação do Colegiado.

7. Vivência Profissional Complementar

Entende-se por vivência profissional complementar atividades de estágios complementares, hoje realizados como atividade extensionista. A Câmara entende que os atuais estágios curriculares não são atividades de vivência profissional complementar. A avaliação se processará através de:

- relatório emitido pela empresa onde ocorreu a atividade;
- outras formas de avaliação que envolvam, necessariamente, a fonte geradora da vivência profissional complementar e que tenha a participação de professor(es) da UFMG.

8. Estágio Curricular

Entende-se por estágio curricular qualquer atividade que propicie ao aluno adquirir experiência profissional específica e que contribua, de forma eficaz, para a sua absorção pelo mercado de trabalho. Enquadram-se nesse tipo de atividade as experiências de convivência em um ambiente de trabalho, cumprimento de tarefas com prazos estabelecidos, trabalho em um ambiente hierarquizado e com componentes cooperativistas ou corporativistas, etc. O objetivo é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional clássica, criando a possibilidade do exercício de suas habilidades. Espera-se que, com isso, que o aluno tenha a opção de incorporar atitudes práticas e adquirir uma visão crítica de sua área de atuação profissional. A principal característica do estágio curricular fundamenta-se na necessidade de ser cumprida fora da UFMG. A avaliação será feita a partir de conceitos e observações estabelecidos pelas fontes geradoras do estágio, acompanhando e seguindo parâmetros estabelecidos em conjunto com docentes da UFMG. A Câmara acredita que, para se ter uma maior eficiência, o estágio curricular deva se realizar num sistema de parceria entre UFMG, a iniciativa privada e o setor público, através de credenciamentos periódicos.

5. A ESTRUTURAÇÃO CURRICULAR – ALGUNS EXEMPLOS

O currículo a ser seguido por cada aluno, estruturado a partir de uma abordagem que contemple as

características da flexibilização vertical e horizontal, deverá ser elaborado com o objetivo de estabelecer padrões diferenciados em função do curso e da área do saber. Assim, dentro do mesmo espírito de flexibilização e diversificação que nortearam toda a proposição do modelo, cada Colegiado poderá fazer opções totalmente diferenciadas, contemplando, mais ou menos, cada uma das características particulares do modelo proposto.

5.1 - Classificação das Atividades Acadêmicas Curriculares

Como um elemento a mais, mas sempre com o intuito de se privilegiar de forma intensa a flexibilização, as atividades acadêmicas curriculares foram classificadas de maneira a permitir a elaboração de um currículo realmente versátil quando da efetiva mesclagem das características da flexibilização vertical e da horizontal. Na classificação, foram utilizados alguns conceitos clássicos. É importante, no entanto, que a comunidade repense os seus fundamentos, preocupando-se, inclusive, com a proposição de uma nova nomenclatura, pois alguns dos conceitos já assumiram, por razões históricas, conotação negativa.

As atividades acadêmicas foram classificadas como:

a) - Quanto à sua Natureza:

- Obrigatória (OB)
- Optativa (OP)

b) - Quanto à sua Caracterização:

- Núcleo Específico (NE)
- Formação Complementar
 - Pré-estabelecido (FCpe)
 - Aberta (Fcab)
- Optativas Livres (OPL)

c) - Quanto ao seu Tipo:

- São, precisamente, aqueles definidos no item de flexibilização horizontal.

A seguir, é demonstrado uma sumarização da estrutura na Fig 1.

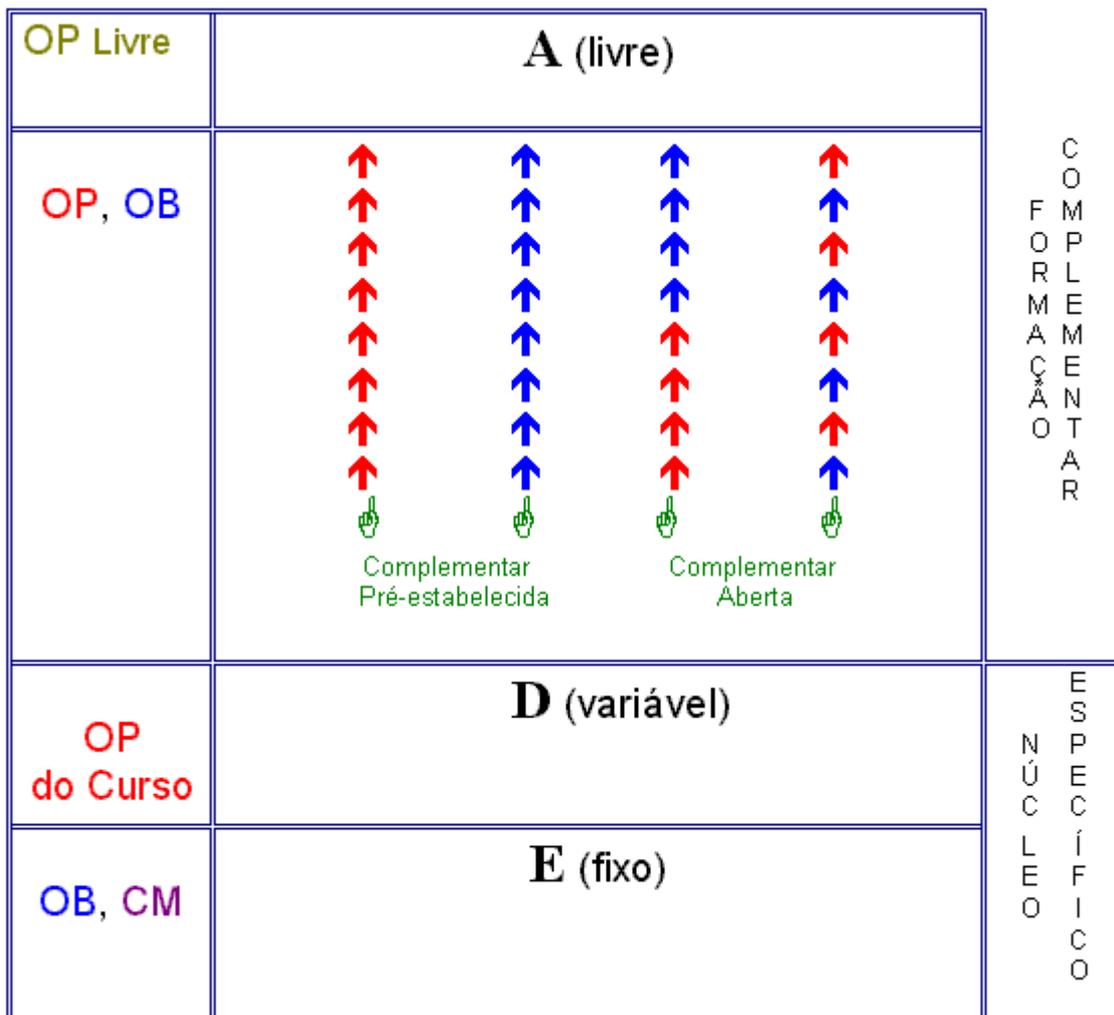
5.2 - Exemplificando Formatagens de estruturas curriculares

Numa tentativa de facilitar a visualização de diferentes modelos estruturais, procuramos construir alguns diagramas.

Na figura 2, apresentamos um modelo estático, construído a partir de um sequenciamento, no qual o currículo apresenta uma estrutura em camadas, caracterizadas por atividades típicas que consolida a existência de períodos ou fases fixas dos cursos.

Fig.2. Modelo em Camadas da Estrutura Curricular

Flexibilização Vertical



Flexibilização Horizontal

Atividades Acadêmicas

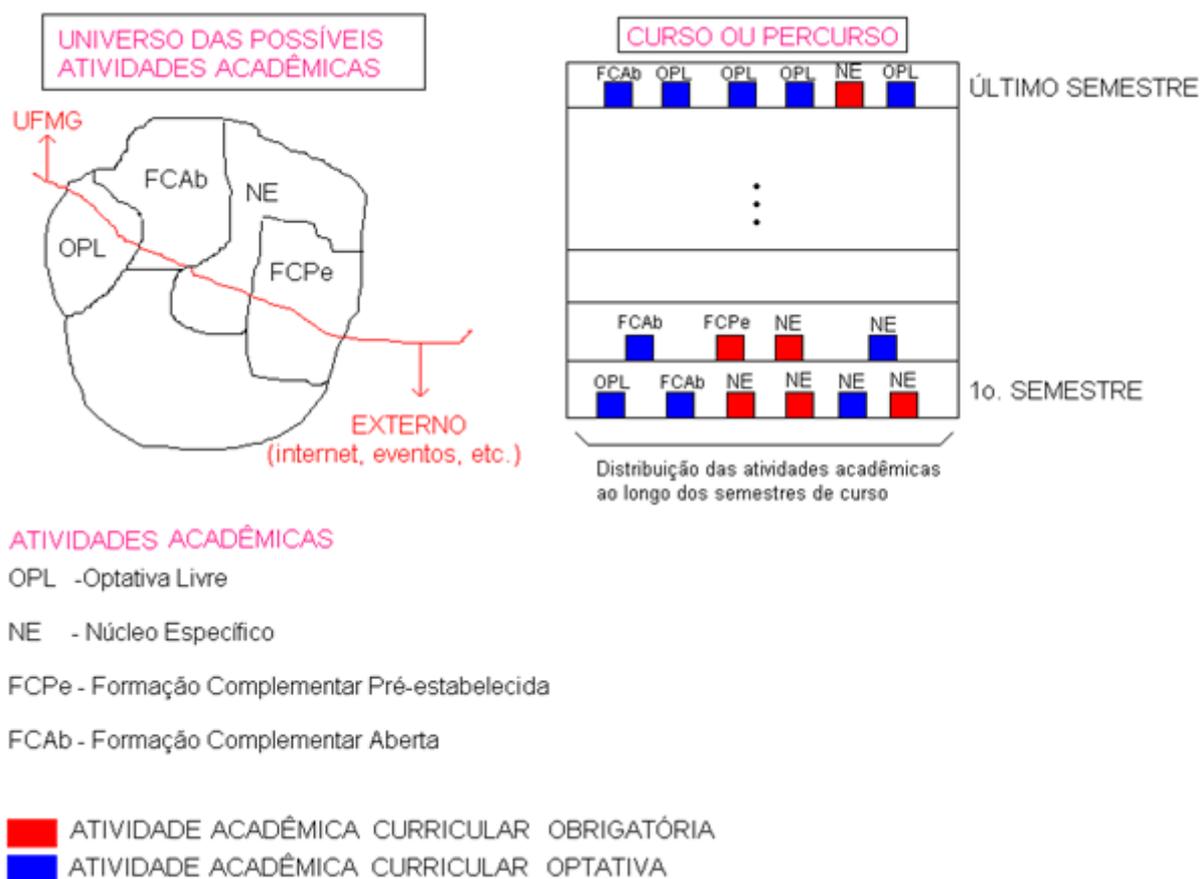
- Disciplinas
- Seminários
- Participações em Eventos
- Discussões Temáticas
- Atividade Acadêmica à Distância
- Iniciação à Pesquisa, Docência e Extensão
- Vivência Profissional Complementar
- Estágios Curriculares
- Outras Atividades Acadêmicas a Juízo do Colegiado

A principal desvantagem desse modelo é que ele pode sugerir um sequenciamento em camadas, consolidando tempos específicos para o saber. O modelo também sugere que o núcleo específico se localize na base do curso e seja constituído de atividades obrigatórias (OB) e optativas (OPC). Assim, somente num estágio seguinte, o aluno estaria em condições de iniciar ou uma formação complementar preestabelecida em aberta. Finalmente, somente no estágio final do curso, o aluno estaria habilitado a cursar as optativas livres (OPL).

Dentre os três diagramas apresentados, esse é o que sugere uma estrutura mais rígida, mas a Câmara julgou importante apresentá-lo pois é o que mais se aproxima da estrutura curricular atual e podem, portanto, servir de um estágio de reflexão referencial para o melhor entendimento de diagramas mais flexibilizados e dinâmicos.

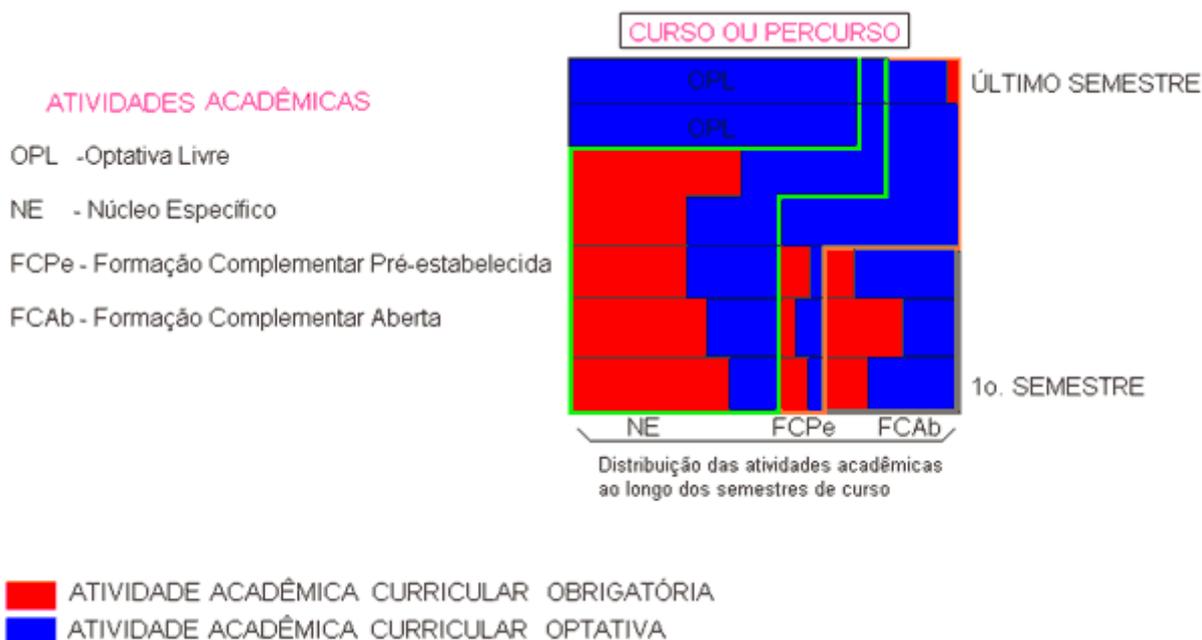
No modelo da Fig.3, verifica-se que uma outra forma de se organizar o currículo é tomar o universo de atividades curriculares (dentro e fora da UFMG) e organizá-las semestre a semestre. Nesse sentido, pode-se exercitar diversos graus de flexibilização. Alguns semestres podem ser previamente definidos; outros apenas parte, e outros ainda, totalmente abertos para que os alunos possam fazer suas opções. Para isso, pode-se determinar, por exemplo, o percentual de créditos a ser integralizado nas classes OPTATIVA LIVRE, NÚCLEO ESPECÍFICO e FORMAÇÃO COMPLEMENTAR, tanto na Pré-estabelecida ou Aberta, no fim de cada etapa do curso (fim do quarto semestre, fim do oitavo semestre, etc) possibilitando, dentro desses limites, o percursos, mais ou menos livre do aluno. Nesse caso, como em outros, é fundamental que cada curso estabeleça o universo aceitável das atividades curriculares que comporão seu currículo e que isso esteja bem divulgado na documentação do curso.

Fig.3



O diagrama mostrado na figura 4 foi estruturado com os três elementos básicos da flexibilização vertical entrelaçados temporalmente. O núcleo específico inicia-se sob forma de atividade acadêmica curricular (ACC) de natureza obrigatória (OB) no primeiro semestre e se estende até o último período do curso. Da mesma forma, as optativas livres (OPL), ou as optativas do curso (OPC), podem ser oferecidas já no início e se distribuírem ao longo de todo o curso. Há, nesse caso, a possibilidade de se iniciar as atividades curriculares relativas à Formação complementar já no início do curso e distribuí-las de modo a não se sobrecarregar o sistema com as mesmas demandas (inglês, computação, etc) ao mesmo tempo

Fig.4



Como estes três exemplos de diagramas, há outros possíveis de serem implementados. Os Colegiados, em conjunto com os Departamentos envolvidos nos cursos, devem buscar a melhor forma de adequação do modelo à realidade do curso. Acreditamos que é disso que se trata a flexibilidade, ou seja, oferecer condições de adequação do currículo às demandas específicas não só de cada curso, mas também de cada aluno.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A flexibilização curricular parece ser uma tendência forte e inevitável e, talvez, já estejamos atrasados na implementação do processo. Acreditamos, no entanto, existir hoje um ambiente propício para que mudanças culturais tenham chance de serem implementadas com sucesso. Acreditamos também que a discussão seja suscitada por esta pré-proposta possa ter uma dimensão tão importante quanto a própria mudança nela embutida.

A Câmara considerou, depois de inúmeras discussões que havia chegado o momento de ouvir a comunidade para não incorrer no risco de se optar por uma trajetória que excluísse a imensa diversidade e o princípio participativo de nova instituição.

É, no entanto, fundamental que a instituição se proponha a fazer uma análise crítica do modelo e encaminhe propostas alternativas, acrescentando aspectos que, apesar de relevantes, não foram contemplados na proposta da Câmara. Ela tem características ainda bem abertas, o que possibilita contribuições antes de sua formação final.

7. EQUIPE DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

- Profa. Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin
 Pró-Reitora de Graduação

- Profa. Maria Elisa de Souza e Silva
 Pró-Reitora Adjunta de Graduação

- Prof. Antônio Emílio Angueth de Araújo
Membro da Câmara de Graduação
- Profa. Adriana Maria Valladão Novais
Membro da Câmara de Graduação
- Profa. Ana Maria Rezende Cabral
Membro da Câmara de Graduação
- Prof. Florivaldo Dutra Araújo
Membro da Câmara de Graduação
- Prof. Geraldo Élvio Magalhães
Membro da Câmara de Graduação
- Profa. Maria do Carmo Lacerda Peixoto
Membro da Câmara de Graduação
- Discente José Eduardo Elias Romão
Membro da Câmara de Graduação
- Discente Ronaro de Andrade Ferreira
Membro da Câmara de Graduação
- Profa. Cristina Miranda Silva Araújo
Setor Acadêmico da Prograd
- Profa. Irinéa Oliveira Silva Lopes
Setor Acadêmico da Prograd
- Profa. Reny da Costa Melo Inácio
Setor Acadêmico da Prograd
- Srta. Elisabete Quatrini Vieira
Setor Acadêmico da Prograd
- Sra. Sônia Maria de Melo Mendanha
Setor Acadêmico da Prograd
- Sra. Magda Auxiliadora dos Santos Barbosa Bastos
Secretária Geral da Câmara e da Prograd
- Prof. Alfredo Gontijo de Oliveira
Membro "ad hoc" da Câmara de Graduação
- Prof. Ricardo Valério Fenati
Membro "ad hoc" da Câmara de Graduação
- Profa. Marilene Suzan Marques Michalick
Membro "ad hoc" da Câmara de Graduação

Também contribuíram, participando em fases distintas da discussão:

- Profa. Terezinha Abreu Gontijo
Presidente da CPPD
- Profa. Isabela Almeida Pordeus
Membro da Câmara de Graduação
- Prof. Ramon Moreira Cosenza
Diretor do ICB
- Profa. Vanessa Oliveira Batista

Membro da Câmara de Graduação

- Sra. Eliane Aparecida Ferreira Marques
Diretora do DRCA
- Discente Lúcia Pompeu de Freitas Campos
Membro da Câmara de Graduação
- Srta. Túlia Marques Silva Oliveira
Secretaria da Prograd